



Pedro Paulo de Lavor

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: pedro.lavor@ufba.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9994-9854>

Ana Rocha dos Santos

Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0808-7855>

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a contribuição do pensamento de Rogério Haesbaert para a Geografia nas quatro últimas décadas, como também realizar uma crítica ao autor, em especial, sobre a relação das categorias espaço e dialética. Na primeira parte será apresentado o pensamento de Haesbaert sobre o que o autor conceitua enquanto categoria, para que, assim, se possa identificar seu entendimento das categorias espaço e tempo, como também sobre a relação espaço-tempo. Em seguida, será apresentado como a leitura do conceito da relação tríade entre des-re-territorialização, em Haesbaert, se vincula com o pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari. E, por fim, será feita uma análise sobre a sua abordagem integradora/relacional/híbrida na reflexão conceitual do território.

Palavras-chave: Epistemologia; Dialética; Território.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the contribution of Rogério Haesbaert's thought to Geography in the last four decades, as well as to criticize the author, in particular, on the relationship between the space and dialectic categories. In the first part, Haesbaert's thought about what the author conceptualizes as a category will be presented, so that, thus, one can identify his understanding of the categories space and time, as well as about the space-time relationship. Then, it will be presented as the reading of the concept of the triad relationship between de-re-territorialization, in Haesbaert, is linked to the post-structuralism of Deleuze and Guattari. And, finally, an analysis will be made on its integrative/relational/hybrid approach in the conceptual reflection of the territory.

Keywords: Epistemology; Dialectic; Territory.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la aportación del pensamiento de Rogério Haesbaert a la Geografía en las últimas cuatro décadas, así como criticar al autor, en particular, sobre la relación entre el espacio y la dialéctica. En la primera parte se presentará el pensamiento de Haesbaert sobre lo que el autor conceptualiza como categoría, de manera que, así, se pueda identificar su comprensión de las categorías espacio y tiempo, así como sobre la relación espacio-tiempo. Luego, se presentará como la lectura del concepto de la relación tríada entre des-re-territorialización, en Haesbaert, está vinculada al postestructuralismo de Deleuze y Guattari. Y, finalmente, se realizará un análisis sobre su enfoque integrador/relacional/híbrido en la reflexión conceptual del territorio.

Palabras clave: Epistemología; Dialéctica; Territorio.



1 INTRODUÇÃO

Uma das manifestações históricas mais emblemáticas do final do século XX, a transição capitalista das repúblicas socialistas do leste europeu, ainda hoje é retratado o seu apogeu por fotografias e vídeos de alemães retirando com pás, marretas, picaretas e martelos, pedaços da parede do Muro de Berlim e abrindo passagem para a unificação territorial dos diferentes sistemas políticos. Destaca-se que as bases para o processo dessa transição nas décadas de 1980 e 1990 foram provocadas, além da massiva investida militar e ideológica dos Estados Unidos e outros centros imperialistas contra os movimentos comunistas no mundo, também por uma gradual burocratização e afastamento entre a direção do movimento comunista, em especial o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a classe trabalhadora. Além dessa configuração, destaca-se a perda de autonomia de sindicatos e agrupamentos políticos e os reais engessamentos teóricos incapazes de analisar com profundidade os fenômenos novos, internos e internacionais, até mesmo de lidar com contradições emergentes. Todo esse movimento contribuiu bastante para o empobrecimento da formulação teórica e do direcionamento político dos partidos comunistas no mundo, como um todo – inclusive no PCUS. Por conseguinte, pela repetição acrítica e atemporal de fórmulas prontas para o “que fazer”, inúmeros foram os erros cometidos pelo movimento comunista em diversas partes do mundo.

Naquele momento histórico, derrubar os muros em Berlim representou para muitos teóricos e estudiosos como o símbolo da demolição do divisor de propostas políticas de mundo homogeneizantes, como se os problemas fossem resolvidos pela falsa democracia daqueles que detinham o poder ou que pudesse existir uma harmonia na plural e integradora sociedade de classes. Comumente, sob o senso comum tais teóricos realizavam a crítica ao movimento comunista esquecendo de pontuar a importância que os processos de transição socialista tinham para o mundo, no balanceamento do avanço exploratório e opressor da reprodução do capital.

Nesse mesmo rumo do pensamento marcado por antinomias e metáforas, Rogério Haesbaert escreveu um dos seus primeiros textos filosóficos, *Filosofia, geografia e crise da modernidade*, originalmente publicado em 1990, na revista Terra Livre, e conhecido intensamente através do seu livro *Territórios Alternativos*, publicado em 2002. Neste texto, Haesbaert (1990) começa a propor derrubar os muros que existiam entre as dualidades epistêmicas e ontológicas, como exemplo, entre objetivo e subjetivo, entre modernidade e pós-modernidade, e, principalmente, entre um idealismo e um materialismo (“mecanicista”), duas propostas teórico-práticas de mundo que estiveram fortemente em debate na filosofia e ciências humanas, no final do século passado. Esse texto começa a marcar nos estudos de Haesbaert não somente uma crítica aos dualismos, mas também



uma crítica ao materialismo dialético (marxismo) como sendo, para ele, uma abordagem fechada, dogmática, totalizante e mecanicista.

Para Haesbaert, desde aquele momento (até o presente), o marxismo tem sido “esse ‘dogmatismo de esquerda’, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem ‘dialéticos’ (e a todo momento enfatizam essa condição), [e que] foi praticamente tão empobrecedor quanto os dogmatismos ditos ‘de direita’. Assim, “esses dogmatismos excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua ‘linha’ como a vencedora”. Haesbaert complementa afirmando que “a discussão é estimulada com o único intuito de impor ou, quando muito, de expor (e nunca trocar/somar) um ponto de vista - a ‘conclusão’, aí, já está predelineada, pois nada se tem a ceder ou a partilhar” (HAESBAERT, 1990, p. 77).

Desse modo, apoiado com grande força por teorias pós-estruturalistas, como as propostas por Gilles Deleuze, Félix Guattari e, principalmente, Michel Foucault, Haesbaert (1990) elabora sua crítica aos “fechamentos” dos grandes projetos para possíveis transformações na sociedade. “Fechamentos” propostos principalmente pelas teorias marxistas, onde no seu entendimento as micropolíticas e as subjetividades estariam renegadas. Afinal, no marxismo

A mudança só se dá a partir do “todo”, nunca pelas partes (ou concomitantemente). A transformação, a crítica permanente, na verdade é estancada, pois só há uma forma de mudança: a “Revolução” (pelo alto), e um único meio de ser “militante”: o Partido. Ou seja, não se está aberto à superação de convicção, muito menos a um outro caminho para a história, feita pelo/no próprio movimento da sociedade (HAESBAERT, 1990, p. 77).

Essas críticas feitas por Haesbaert ao marxismo se deram quando se iniciava entre os estudiosos da Geografia um movimento acadêmico-político de crítica ao positivismo ou à chamada Geografia pragmática e/ou teórica, abrindo novas perspectivas de análise que culminaram no avanço de um pluralismo metodológico. Diferente de outros países, em que o movimento conhecido por Geografia Crítica emergiu do pós-estruturalismo e das filosofias da desconstrução, no Brasil esse movimento de renovação da Geografia teve em seu início uma grande presença de marxistas ou especialistas que circulavam entre teorias marxianas (CRUZ, 2018).

Entretanto, estudiosos de diferentes métodos começaram a se posicionar também contrários ao positivismo e a realizar críticas à recém aproximação da Geografia com o materialismo dialético, desde aqueles que se identificavam com a fenomenologia quanto aos mais próximos do pós-estruturalismo e dos estudos pós-modernos. Eis assim que Rogério Haesbaert marca sua presença na Geografia como um dos principais estudiosos a realizar esse estilo de abordagem crítica ao marxismo no Brasil.



Assim, este artigo tem como objetivo apresentar a contribuição do pensamento de Haesbaert para a Geografia nas quatro últimas décadas, como também realizar uma crítica ao autor, em especial, sobre a relação das categorias espaço e dialética. Na primeira parte será apresentado o pensamento de Haesbaert sobre o que o autor conceitua enquanto categoria, para que, assim, se possa identificar seu entendimento das categorias espaço e tempo, como também sobre a relação espaço-tempo. Em seguida, será apresentado como a leitura do conceito da relação tríade entre des-re-territorialização, em Haesbaert, se vincula com o pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari. E, por fim, será feita uma análise sobre a sua abordagem integradora/relacional/híbrida na reflexão conceitual do território.

2 CATEGORIAS ESPAÇO E TEMPO

Apesar de Haesbaert não destinar esforços na reflexão epistemológica sobre as categorias espaço e tempo, em alguns textos ele identifica sua posição de entendimento filosófico de tais categorias, e, sobretudo, sobre o conceito de território, mas que podemos abstrair também suas defesas acerca das categorias espaço e tempo. A princípio, é necessário reconhecer o que é entendido enquanto categoria, para assim compreendermos especificamente o que Haesbaert concebe por espaço e tempo, e a relação espaço-tempo. Haesbaert (2014c) identifica que

No senso comum categoria significa simplesmente um conjunto de espécies do mesmo gênero — isto é, que compõe, assim, uma mesma “categoria”, ou seja, são espécies reunidas a partir de um determinado nível de generalização. Filosoficamente, sabemos que a origem do debate se encontra em Aristóteles, quando este define as diferentes classes de predicados do ser, que ele identifica como sendo: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação, ação, paixão e possessão ou hábito (HAESBAERT, 2014c, p. 21).

Na tentativa de elucidar o que Aristóteles (2019) definiu nos aforismos em seu tratado das *Categorias*, compartilha-se que para ele

1. Equívocos dizem-se os que têm somente o nome comum; mas a razão desse nome diferente.
2. Unívocos porém dizem-se os que têm o nome comum; mas também a razão desse nome idêntica.
3. E cognominados dizem-se os que tendo a terminação diferente, tem, contudo, as atribuições, que esse nome designa, idênticas.
4. Das Locuções, umas exprimem-se ligadas: outras desligadas.
5. Das Coisas, umas dizem-se de algum objeto; mas não estão em nenhum objeto.
6. Mas outras sim estão em algum objeto; mas não se dizem de nenhum objeto.
7. E outras não se dizem de algum objeto; mas também estão em algum objeto.
8. Outras enfim, nem estão em nenhum objeto; nem se dizem de nenhum objeto.
9. Em geral: Tudo o que é indivisível, e um em número não se diz de nenhum objeto; mas nada obsta a que algumas coisas tais possam estar em algum objeto.



10. Quando se diz de um objeto: que ele é compreendido em alguma Categoria; tudo o que se diz da Categoria, se há de também dizer do objeto (ARISTÓTELES, 2019).

E assim vai seguindo um conjunto de aforismos que carregam em si elementos que configuram regras de pensamento que permitam, para ele, demonstrações irrefutáveis. Traduzindo, a realidade apresenta uma multiplicidade de objetos e enunciados que se diferem e se igualam a depender do sentido dado e da realidade apresentada. Mas em “todos os seres” (tudo o que há) deve-se considerar algum sentido que permita estudá-los como um conjunto. Assim, Aristóteles propôs, a partir das propriedades gerais dos seres, dos elementos básicos ou “primordiais” do mundo, uma classificação com base em conceitos fundamentais — as chamadas categorias (predicamentos). Ao todo, Aristóteles define dez categorias que exprimem as diferenças e as essências dos objetos e dos nomes dados às coisas que estão em algum objeto.

Com o mesmo intuito de expressar a realidade de modo organizado e preciso, servindo de fundamento ao conhecimento das coisas, Immanuel Kant expõe uma argumentação sobre as condições do conhecer, limitando o conhecimento às condições da experiência humana. “Kant (...) definirá categorias como ‘conceitos do entendimento puro’ ou ‘conceitos fundamentais *a priori* do conhecimento’, mediante os quais se torna possível o conhecimento da realidade fenomênica” (HAESBAERT, 2014c, p. 22). Na *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta o que para ele são conceitos gerais, “conceitos originalmente puros da síntese, que o entendimento contém em si ‘a priori’ e pelos quais é um entendimento puro somente: só por eles pode compreender algo na diversidade da intuição, quer dizer, pode pensar o objeto” (KANT, 2019).

O propósito de Aristóteles, ao buscar estes conceitos fundamentais, era digno de um homem tão elevado. Mas como ele não tinha um princípio, recolhia-os conforme se apresentavam e reuniu primeiramente dez, a que chamou categorias (predicamentos). Depois acreditou encontrar todavia outros cinco e os aditou aos precedentes com o nome de pós-predicamentos. Mas sua tábua continuou sendo imperfeita. (...)

É preciso notar quanto aos conceitos primitivos que as categorias, como conceitos verdadeiramente fundamentais do entendimento puro, possuem também os seus derivados não menos puros e que não podem de modo algum omitir-se em um sistema completo de Filosofia transcendental, mas limito-me a mencioná-los neste ensaio puramente crítico.

Seja-me permitido chamar a esses conceitos puros do entendimento, mas derivados, os predicáveis do entendimento puro (por oposição aos predicamentos). Uma vez de posse dos conceitos primitivos e originais é fácil obter os derivados e subalternos, e fica então a árvore genealógica do entendimento puro completamente traçada (KANT, 2019, grifos nosso).



Outro kantiano que se destaca é o filósofo francês [Charles Bernard] Renouvier, professor de Émile Durkheim, que “proporá duas categorias fundamentais, tempo e espaço, como ‘leis primeiras e irreduzíveis do conhecimento’” (HAESBAERT, 2014c, p. 22). Assim, Haesbaert sustenta seu pensamento sob as considerações de Aristóteles, Kant e Renouvier, dentre outros pensadores com a mesma estilística de pensamento, e terá o texto *Por uma constelação geográfica de conceitos* (publicado em 2014 como primeiro capítulo do livro *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade*, versão revista e ampliada dos artigos *Espaço como categoria e sua constelação de conceitos*, 2011, e *Espaço-terra-território: o dilema conceitual numa perspectiva latino-americana*, 2013), como sua melhor apresentação para uma definição do que entenderia por categoria. Para Haesbaert, seu conceito apresentado nesse texto não se expressa tão “amplo” como entre outros já publicados, onde inclui formas distintas de abordar diferentes conceitos, dando neste, maior importância para o entendimento sobre o espaço, a relação espaço-tempo e para a construção do entendimento de espaço geográfico. Nesse texto Haesbaert desenvolve uma

ideia mais estrita de categoria como uma espécie de conceito mais amplo ou geral - um pouco (descontado o viés idealista) como na posição kantiana há pouco aludida. Nesse sentido, em Geografia podemos propor “espaço” como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos - região, território, lugar, paisagem... Esses comporiam assim a “constelação” ou “família” (como preferiria Milton Santos) geográfica de conceitos (HAESBAERT, 2014c, p. 22).

Para Haesbaert, os conceitos, dentro desta “constelação”, não são reconhecidos unicamente como “representação” do real, como reconhecimento e fixação de significado, nem mesmo uma idealidade, um pensamento, imposto sobre o real. O conceito “se estende no interior de um amplo *continuum*”, que vai desde “um retrato fiel da ‘realidade’ e que, ao ser enunciado, parece carregar consigo o próprio ‘real’” até como “um produto do nosso pensamento, ‘verdade’ instaurada agora unicamente na capacidade reflexiva de nossa mente, e que não tem outra fonte de elaboração se não a construção teórica do investigador” (HAESBAERT, 2014c, p. 24), percorrendo de uma abordagem estritamente “empirista e/ou realista” até uma abordagem “racionalista e/ou idealista”, do que ele entende estar contido de um “extremo” a outro. Assim

(...) dada a fundamentação lefebvrea que inspira meu trabalho, “espaço”, enquanto também (como o território) uma produção social, não pode ser reduzido [somente] a uma “categoria de análise” (mesmo porque permeia intensamente nossa vida, ainda, como “categoria da prática”) – o que poderia implicar num questionável retorno a Kant e sua concepção de espaço como categoria a priori da consciência (HAESBAERT, 2013, p. 807).



Apesar de Haesbaert não destinar grandes esforços na apreensão de categorias durante a construção do seu pensamento, e ao longo de suas pesquisas tender misturar seu entendimento entre categorias e conceitos, ao explicar a dimensão teórico-conceitual que envolve os chamados “paradigmas territoriais” hegemônico e contra-hegemônico, propõe a distinção entre território como categoria de análise, como categoria da prática e como categoria normativa — “distinção esta que se dá, sobretudo, a partir dos distintos sujeitos que estão envolvidos na questão” (HAESBAERT, 2014c, p. 54).

[Categoria de análise,] por seu uso cada vez mais disseminado entre os intelectuais, não só da Geografia, mas de várias outras áreas das Ciências Sociais (e mesmo físico-naturais). (...).

Enquanto categoria da prática, território é de uso frequente, especialmente entre os movimentos sociais de grupos subalternos, como o movimento dos agricultores sem-terra e sem-teto e dos povos tradicionais (indígenas e quilombolas, sobretudo). (...).

Enquanto categoria normativa, ou seja, respondendo não tanto ao que o território *é*, mas ao que o território *deve ser*, a partir de determinados interesses político-econômicos, temos tanto empresas privadas, que defendem a valorização de produtos a partir de uma determinada “base territorial” (ou “regional”), quanto o Estado, em suas inúmeras políticas de ordenamento territorial. (...) (HAESBAERT, 2014c, p. 54-55, grifos nosso).

Essa distinção (ou “abertura” no seu pensamento, como também o propõe), abordada antes na produção do texto *Território e multiterritorialidade em questão*¹, reforça o amplo caráter dado ao movimento conceitual de categoria, deixando evidente o prolongamento dado à categoria para além da abordagem filosófica, relacionando-a diretamente com as práticas sociais existentes.

Ainda que reconheçamos três modalidades de categorias ou conceitos — analíticas, da prática e normativas, estamos cientes também da sua indissociabilidade. Enquanto uma categoria analítica é, sobretudo, um instrumento no processo de investigação do pesquisador — ou um conceito no seu sentido mais difundido, a categoria da prática é um “conceito” — ou noção — do senso comum, utilizado nas práticas cotidianas do discurso ordinário, e a categoria normativa tem como objetivo primeiro indicar um caminho, tem um caráter mais propositivo que analítico, como nos conceitos de região e território utilizados pelo Estado enquanto agente planejador. É claro que o pesquisador ou o intelectual não pode prescindir do conhecimento de suas categorias de análise enquanto utilizadas (e recriadas) também nas ações do senso comum, assim como o planejador não pode desconhecer a força das concepções analíticas propostas pelos investigadores, nem a (re)leitura feita pelos próprios habitantes que serão objetos de sua ação

¹ Publicado no livro *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade* (2014c), tendo como base o artigo *Território e multiterritorialidade: um debate* (2007), e primeiramente apresentado no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, no ano de 2004, com o título *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*.



interventora. Embora cada contexto mantenha sua especificidade (porque a natureza dos problemas e os objetivos geralmente são distintos), seu entrecruzamento é sempre também necessário e mutuamente enriquecedor (HAESBAERT, 2014c, p. 31).

Na compreensão da “constelação de conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992), no centro aparecem as categorias-mestras (espaço-tempo), “e, no caso específico da Geografia, o espaço em sua condição de espaço geográfico, aquele focalizado sobre a dimensão espacial da sociedade, que inclui, evidentemente, a indissociabilidade entre o social e o natural” (HAESBAERT, 2014c, p. 35). A “disciplina” Geografia se tivesse que se distinguir da “disciplina” História, precisaria envolver o “reconhecimento de duas perspectivas sobre a realidade social. Enquanto o olhar geográfico se estenderia *mais* sobre o mundo em sua coexistência ou simultaneidade (...), o olhar histórico enfatizaria o caráter consecutivo ou sequencial dos fenômenos” (HAESBAERT, 2014c, p. 36), deixando certa a relação indissociável entre espaço e tempo. Essa relação espaço-temporal implicaria rever as “dicotomias” presentes nos posicionamentos sobre espaço-tempo, “por exemplo, espaço como simples materialidade e tempo como pura imaterialidade, espaço como fixo, conservação, e tempo como movimento, transformação” (HAESBAERT, 2014c, p. 36).

O espaço geográfico, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Milton Santos, tanto o universo dos objetos, quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. (...). Nesse sentido, todo espaço geográfico é também ação, movimento e representação simbólica (HAESBAERT, 2014c, p. 37).

Essa perspectiva relacional do espaço, trabalhada por Haesbaert como ultrapassagem às considerações de um espaço simplesmente absoluto e/ou relativo, privilegia sua dimensão mutável, sua fluidez e sua dinâmica. “Vivemos na verdade um mundo em que espaços aparentemente fechados, como zonas ou áreas bem delimitadas, são muitas vezes espaços ambivalentes, onde as noções de fechamento e abertura, dentro e fora, acabam se tornando muito mais complexas” (HAESBAERT, 2014c, p. 10). As fronteiras e limites que unem ou separam, comprimem ou estendem espaço-tempos, tornam-se muito mais “fluidas” ou móveis.

Nessa orientação, Haesbaert já vinha refutando os caminhos da modernidade (ou da chamada pós-modernidade), e suas consequências, em suas teses junto às *Questões sobre a (pós)modernidade*², afirmando que

² Primeiramente publicado pela revista GeoUERJ, em 1997, e posteriormente publicado no livro Territórios Alternativos, em 2002.



Essa “anulação do espaço” (das distâncias) “pelo tempo”, como já pronunciava Marx, acabou se tornando um mito que as novas tecnologias de comunicação e transporte da “ultra-modernidade” (...) tentam nos impor. Um simples mapeamento das áreas de acesso difícil ou praticamente nulo para a maioria dos habitantes do planeta revela que podemos não só reconhecer um mundo capitalista, “moderno”, de “globalização” altamente elitizada, com uma massa de expropriados reclusa em territórios desconectados das redes da “modernidade” global, como também o fato de que a própria elite que dispõe do acesso aos meios de transporte mais sofisticados não tem a liberdade de se deslocar para onde bem entender. A impermeabilização de muitos espaços é cada vez mais real diante do próprio abandono de muitas áreas do planeta à sua própria sorte e do surgimento de novos tipos de conflito aparentemente sem controle ou vinculação a uma “ordem” amplamente difundida (como, mal ou bem, mais cedo ou mais tarde, ocorria com os conflitos da época da Guerra Fria, atrelados ora ao “bloco capitalista”, ora ao “bloco socialista”) (HAESBAERT, 1997, p. 11-12).

Assim, contrariando determinadas teses ditas do fim da história ou da anulação total do espaço-tempo (onde a máxima seria o descontrole do espaço-tempo), e para isso precisaria os meros mortais deterem o controle de áreas e delimitar as suas próprias fronteiras, desde a escala “indivíduo” até a maior das escalas espaciais, Haesbaert defenderá que precisamos “sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade”. E assim ele entende que para controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social, precisaremos compreender que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço *em movimento, no e pelo movimento*” (HAESBAERT, 2016, p. 279-280).

É oportuno a concordância com as críticas de Haesbaert às narrativas dos chamados “fim da história”, “anulação total do espaço-tempo”, por exemplo, mas é difícil vir a concordar, sob perspectiva dialética materialista, que 1) categoria é uma produção apriorística como uma espécie de conceito mais amplo ou geral; que 2) o entendimento das categorias espaço e tempo, como conceitos gerais *a priori*, se tornará menos controverso quando as transformo em categorias relacionais, aproximando noções científicas com as das normas institucionais e as noções do senso comum; e que 3) a chave para compreensão da relação espaço-tempo está em romper dicotomias como físico e transcendente, concreto e abstrato, fixo e móvel, e pautar a mobilidade a partir de referenciais “espaço-simbólicos” em redes, fluxos e movimento.

Para além do exposto, também considerando tempo e espaço como categorias fundamentais, Engels (2015) apresenta que ambas são consideradas formas essenciais de todo o ser, não sendo conceitos puros do entendimento, conceitos fundamentais *a priori* do conhecimento, mas condições



essenciais tanto do ser como do pensar, até porque “por mais que o conceito de tempo [ou espaço] se transforme na ideia mais geral do ser, isso não nos leva a dar nenhum passo adiante. Pois as formas básicas de todo ser são espaço e tempo, e um ser fora do tempo é um absurdo tão grande quanto um ser fora do espaço” (ENGELS, 2015, p. 82). A diferença de Engels para Kant, por exemplo, está na qualidade de posição no percurso do pensamento. Se para Kant, assim como Aristóteles, a categoria é um conceito geral *a priori*, para Engels, a categoria está *a posteriori*, resultado, síntese,

isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. E, como já foi dito várias vezes, partindo do reconhecimento, não é uma presunção, *a priori*, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes. A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. Mas um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo. Não está em questão construir um conceito ou uma definição. Está em questão construir uma reflexão (...) (IANNI, 2011, p. 397).

Assim, na concepção marxiana e engelsiana, não é a aproximação com o senso comum que fará da categoria menos problemática ou duvidosa, mas elas se tornam esvaziadas quando seu entendimento não está ligado com a realidade e desvinculado do movimento do real. Para Marx e Engels, a teoria não está apartada do método, a categoria não está isolada num regramento e identificação de procedimentos formais e de técnicas. De acordo com Paulo Netto,

(...) elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias (PAULO NETTO, 2011, p. 46).



3 O CONCEITO DELEUZE-GUATTARIANO DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO EM HAESBAERT

“No mundo contemporâneo há uma dialética de des-re-territorialização, onde a cada momento, em cada escala e segundo a dimensão do espaço (econômica, política, cultural ou ‘natural’) ocorrem múltiplas interações entre territórios e redes” (HAESBAERT, 2017 [1995], p. 124, grifo nosso). Essas interações permeadas por permanências e mobilidades, pelo exercício e sujeição do/ao poder, constroem uma tríade espaço-territorial em que não reconhece o entendimento (ou o “mito”) da primazia da desterritorialização sob as formas de apropriação e dominação do espaço, mas sim da concomitância entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização (por isso o uso dos hífen ao formar uma única palavra: des-re-territorialização). Essa é uma tese [deleuze-guattariana] defendida por Haesbaert ao longo da produção do seu pensamento, e, em especial, no seu livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, publicado em 2004, fruto de sua tese pós-doutoral. “Território [e espaço] como processo, como permanente tornar-se e desfazer-se”, é a orientação que faz para Haesbaert “reconhecer a importância de Deleuze e Guattari como os principais teóricos da desterritorialização, tanto no sentido onto-epistemológico, por um território em constante fazer-se, quanto axiológico, de um certo ‘elogio’ da desterritorialização” (HAESBAERT, 2016, p. 100).

Assim, Deleuze e Guattari ampliam em Haesbaert a noção de território pelo qual o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação, conjunto de projetos e representações que resulta numa série de comportamentos e empossamentos. Território, dessa maneira, pode ser visto desde o espaço vivido até como a percepção do próprio espaço vivido. “O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo - desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento” (HAESBAERT, 2016, p. 126), emoção e razão, subjetividade e objetividade. A defesa da orientação deleuze-guattariana se prolonga afirmando que “podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2016, p. 126). Vale identificar que

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade. Aqui é importante lembrar que, tal como na não dicotomização geográfica entre Natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades. (...).



Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, (...). Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (como os brasões, por exemplo).

(...) Não há essa relação de reduzir um ao outro, ou uma relação dicotômica entre “regimes de signos” e “estatuto de estados de coisas”.

O que eles afirmam é que existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, os dois agenciamentos intervêm um no outro, é um movimento recíproco e não hierárquico (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 7).

Desse modo, ressalta-se que tudo é passível de ser territorializado e desterritorializado, queira o território etnológico ou animal, o território psicológico ou subjetivo, o território sociológico, queira também o território geográfico (que aí inclui a relação sociedade-natureza), ou até mesmo como simplesmente abstração epistemológica (território enquanto conceito da filosofia) (HAESBAERT, 2016). Como exemplo, podemos interpretar que “uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 8). Assim, em conjunto com os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação, a desterritorialização e a reterritorialização são vetores que, juntos, compõem o território. E nessas configurações “múltiplas” ou “rizomáticas”,

(...) os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.

(...)

Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação (HAESBAERT, 2016, p. 127).

Nessa relação de des-re-territorialização é onde tem sido fundamentada uma das principais construções conceituais do modelo da “dialética” haesbaertiana, ou do que se pode chamar de sua “tridialética”. Vale apresentar que, para além da importância fundamental de Deleuze e Guattari, esta dialética tem como base uma polifonia marcada pela mixórdia entre Michael Foucault e Henri Lefebvre, Claude Raffestin e David Harvey, entre outros tantos autores de diferentes abordagens de pensamento, onde tenta identificar neles a mobilidade, o movimento, como sustentáculo de construção, abandono e retorno de/aos territórios. Essa fluidez, no movimento de des-re-



territorialização, estará presente entre os diferentes tipos de territórios citados, como também interagindo concomitantemente por diferentes tipos de territórios.

Como já foi pressuposto aqui, podemos ampliar este raciocínio e pensar a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr “paralelo” a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, des-re-territorializador, onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, menos flexível, marcado pelos tantos muros que separam “incluídos” e “excluídos”, etnia “x” e etnia “y”, grupos “mais” e “menos” seguros (e/ou violentos) (HAESBAERT, 2016, p. 275).

No afirmar de Haesbaert (2016, 2017), a flexibilidade dos fluxos e mobilidades des-re-territoriais (e de seus “atores”) está em relação direta com a rigidez dos fixos e permanências territorializantes.

O que é negativo, de fato, não é a multiterritorialidade em si, mas os “extremos” de um (quase) completo fechamento ou uma (quase) completa abertura ou fluidez territorial. Os dois processos [...] indicam dinâmicas, em parte, desterritorializadoras. Grupos mais precariamente territorializados, por exemplo, podem tanto estar guetoificados (em territorialismos segregados) quando imersos num “nomadismo errático” (em aglomerados de exclusão “de massa”). O que efetivamente importa é estar “livre para abrir e fechar” territórios, ter a capacidade – ou a escolha – para aí entrar, sair, passar ou permanecer, de acordo com sua necessidade ou vontade. Isto significa termos o poder de tornarmo-nos mais ou menos “controlados”, de fazer as articulações ou conexões que nos aprouber, dotando assim de significado ou de “expressão” própria o nosso espaço (HAESBAERT, 2016, p. 361).

Destaca-se nesse entendimento que o sujeito principal não estará limitado em um somente ator. Serão diferentes “atores” que vão compor o processo tridialético: planejadores, artistas e intelectuais, instituições estatais e administradores públicos, movimentos sociais e comunitários, empresas privadas, entre outros. Atores no sentido de terem uma função e/ou um papel nos processos pelos quais estão inseridos, representando, produzindo, influenciando, concorrendo, contribuindo, pressionando, constringendo e coagindo ações e resultados na des-re-territorialização. O que terá de padrão entre os diferentes atores será que ambos agirão nos processos dominação, apropriação e controle espacial, mas com forças e conquistas desiguais.

Numa visão mais tradicional, esse “controle” é feito, sobretudo, como um controle de áreas ou zonas, áreas estas que são demarcadas através de um limite ou



fronteira, sejam eles mais ou menos definidos. “Desterritorializar” poderia significar, então, diminuir ou enfraquecer o controle dessas fronteiras (como vimos para o caso das fronteiras nacionais), aumentando assim a dinâmica, a fluidez, em suma, a mobilidade, seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações (HAESBAERT, 2016, p. 235).

Assim, podemos perguntar: o que faz do pensamento de Deleuze-Guattariano tão importante na (re)produção do conceito de des-re-territorialização em Haesbaert? Primeiro, tal pensamento consegue dar embasamento para Haesbaert estender o conceito de território “desde uma perspectiva mais tradicional e estrita, (...), vinculada ao papel jurídico-administrativo do Estado moderno (...), até uma abordagem muito mais ampla e relacional, que entende o poder como inerente a toda relação social” (HAESBAERT, 2014, p. 44). Segundo, para Haesbaert, Deleuze e Guattari, além de Foucault, desmitificam o entendimento do território como fixo, em um único movimento, e com o poder unilateral, através do processo de desterritorialização, e exortam a des-re-territorialização, elevando o território em seu processo integrador, relacional e híbrido. Isso faz Haesbaert promover a reflexão que

Por mais polêmicas que sejam estas proposições, devemos reconhecer que há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da “des-reterritorialização” deleuze-guattariana, incluindo sem dúvida a possibilidade de à luz da geograficidade dos eventos, reconstruí-la, recriá-la, reconduzindo-a, por outros caminhos (HAESBAERT, 2016, p. 112).

4 ABORDAGEM INTEGRADORA, RELACIONAL E HÍBRIDA COMO NEGAÇÃO À DIALÉTICA MATERIALISTA

Assim como apresentamos no início do item anterior, onde para Haesbaert (2017) a des-re-territorialização é considerada uma relação “dialética”, Haesbaert defende que a sua própria forma de pensar avança de uma compreensão de dialética à uma abordagem integradora, relacional e híbrida. Em 1993, quando escreveu o texto *Escalas espaçotemporais*, publicado posteriormente no livro *Territórios Alternativos*, Haesbaert já fazia a alusão, por exemplo, que “numa experiência dialética, (...) espaço e tempo, embora ‘determinados’ pelo caráter mutável, são concomitantemente absolutos e relativos, estáveis e dinâmicos, numa interação que alguns autores denominam ‘relacional’” (HAESBAERT, 2017 [1993], p. 104, grifo nosso).

Quase vinte anos depois, mais especificamente na conferência de encerramento do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em 2012, Haesbaert cita que tinha proposto “a identificação de duas grandes lógicas espaciais: uma lógica de dominância zonal, que configura os



territórios zona, mais ligada ao ordenamento do que ao desordenamento, e que desenha toda uma dialética com a outra lógica, a de dominância reticular” (HAESBAERT, 2014b, p. 7, grifo nosso).

Não somente nestas duas referências isoladas, mas na maior parte de suas obras, Haesbaert mencionará seus critérios de integralidade, relacionalidade e hibridez, sempre apoiado em pensadores defensores de teorias pós-estruturalistas, como Foucault, Deleuze e Guattari, mas que também não exclui sua lógica dialética (não-marxista, não-“totalitária”, um tipo de lógica dual material-idealista). Como vimos acima, essa abordagem se dará seja no entendimento sobre a categoria espaço, seja na explicação dos conceitos de território e região, ou até mesmo no que tange a questões mais subjetivas como a relação do indivíduo na sociedade.

Um dos destaques reiterados por Haesbaert, algumas vezes repetidos em diferentes textos, é a explicação dada às leituras do conceito de território. Para ele, a síntese das várias noções de território pode ser agrupada em três vertentes básicas:

≥ política (...): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado.

≥ cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

≥ econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), (...) (HAESBAERT, 2016, p. 40, grifo nosso).

Precisamos acentuar, mais uma vez, que Haesbaert reconhece a importância dessa divisão didática dessas quatro dimensões que cotidianamente a noção de território é posta, mas ele defende que “é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem” (HAESBAERT, 2016, p. 41). Assim, ele optou por adotar um conjunto de perspectivas teóricas, onde defendeu a conceituação de território sob dois binômios: a) materialismo-idealismo; b) espaço-tempo, ficando “evidente que a resposta a estes referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador” (HAESBAERT, 2016, p. 41).

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva



“integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupos(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s) (HAESBAERT, 2016, p. 41, grifo nosso).

Da mesma forma que a síntese que é dada às várias concepções de território, o processo de desterritorialização se diferenciara a depender de seus fatores criadores ou da leitura que é feita no contexto, tendo assim uma desterritorialização baseada numa leitura econômica, cartográfica, “técnico-informacional”, política e/ou cultural.

1. Uma perspectiva mais economicista: a desterritorialização é vista como superação dos entraves locais ou de localização, sendo por isto percebida, muitas vezes, como sinônimo de “deslocalização” (...). O território é visto assim, sobretudo, como localização num espaço físico, concreto.

2. Uma abordagem que poderíamos denominar “cartográfica”: a desterritorialização constitui, antes de mais nada, a superação do constrangimento “distância”, uma espécie de “superação do espaço pelo tempo” (...).

3. Uma leitura da desterritorialização como domínio da imaterialidade: enfatiza o domínio das relações imateriais, que prescindem de bases materiais. O território é visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais (...).

4. A desterritorialização como “esvaziamento das fronteiras” enquanto constrangimentos ao livre acesso, à livre circulação: enfatiza-se aí a dimensão política e caminha-se pari passu com a ideia do fim ou do enfraquecimento do Estado-nação.

5. Por fim, uma desterritorialização culturalista: percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não lugar” (HAESBAERT, 2017, p. 132).

Este mesmo entendimento, publicado em 2002, no texto *Fim dos territórios, das regiões, dos lugares?*, também será feito no livro *O mito da desterritorialização*, onde será distinguida pelo menos “três grandes dimensões sociais a partir da qual a desterritorialização é tratada: a econômica (...), a dimensão política e a perspectiva simbólica e cultural em sentido mais estrito” (HAESBAERT, 2016, p. 171). Vale salientar que Haesbaert não corrobora com uma determinada leitura sobre a desterritorialização como ponto final, até mesmo não defende a separação do que se compreende de desterritorialização do que seja a territorialização, mas sim a sua concomitância, diferenciando suas dimensões de maior ou menor grau a depender de cada processo desterritorializante.



Explícita ou implicitamente, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de des-territorialização. Se entendermos território em seu sentido amplo de dominação e/ou apropriação do espaço, nos termos de Lefebvre para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou de des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de ordem econômica, política e/ou cultural (HAESBAERT, 2016, p. 171-172).

Tanto nas explicações dadas à conceitualização de território quanto às leituras que se exprime da desterritorialização, uma máxima pode ser retirada: a relação entre o material e o imaterial, o concreto-funcional e o simbólico-identitário. Para Haesbaert, nem todo território é puramente material, concreto, nem o é puramente simbólico. Digamos que no seu entender há uma simbiose entre ambas defesas, sob uma combinação, conjugação, integração, relação e hibridez. Em seu livro *Região-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, publicado em 2010, ele defenderá que

Ainda que toda territorialização se defina conjugando processos mais concreto-funcionais (em que predominam dinâmicas de “dominação”, seguindo de forma genérica a proposição de Lefebvre para a produção do espaço) e simbólico-identitários (mais evidentes em processos ditos de “apropriação”), ou seja, seu espaço incorpora sempre, de alguma forma, uma dimensão simbólica, nem todo território necessita ter clara e preponderante “carga simbólica-identitária” em sua constituição. Aliás, talvez devêssemos mesmo reconhecer, a maior parte dos processos de territorialização, dentro da lógica capitalista, prioriza as problemáticas materiais-funcionais (de “dominação”) do território, ainda que hoje, numa “sociedade do espetáculo”, cada vez mais permeadas de valorização simbólica. Por isso, alguns autores, radicalizando essa ideia, associam claramente o território ao campo das práticas (ou dos “usos”) sociais (HAESBAERT, 2014a, p. 168).

Assim, “entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou, em termos lefebvrianos, tanto a dominação quanto a apropriação do espaço” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12).

Na compreensão de Haesbaert, por um viés consoante, a dialética pode ser percebida como unidade de contrários, integração de opostos, diálogo de convergência entre pensamentos divergentes. Já em um viés dissonante, a dialética (sendo apadrinhada pelo marxismo) também pode ser percebida como que se estivesse “engajada em torno de teorias universalizantes, simplificadoras” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 14), e que, assim, seria impossível constatar que “a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente



vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo” (HAESBAERT; GOMES, 1988, p. 55).

Esse seu pensamento desconsidera a dialética enquanto contradição. Mais do que isso. Expõe que não é a crítica à luta de classes, forjada pelo modelo de divisão intrínseco ao próprio modo de produção capitalista, que deve orientar nossas reflexões sobre o espaço. Para Haesbaert, “(...) colocam-se hoje novas exigências teóricas, capazes de responder à dinâmica múltipla e fragmentária do espaço social” (2017 [1987], p. 14). Essas novas exigências teóricas, para além de apresentar estratégias político-econômicas dominantes (“macropolíticas”), correspondem à formulação de propostas minoritárias (“micropolíticas”) com possibilidade de “forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, (...), mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada” (HAESBAERT, 2017 [1987], p. 14-15).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haesbaert lança a proposta de uma perspectiva integradora-híbrida, onde tenta transpor qualquer leitura que para ele seja dicotomizadora, se contrapondo aos “fechamentos” de pensamentos numa só vertente ou numa só concepção. Neste ponto Haesbaert afirma que o “real” está mergulhado dentro desse jogo indissociável entre os campos ideal e material, subjetivo e objetivo.

A marca do pensamento de Haesbaert será a de uma abordagem de convergências e conveniências, sendo comum em seus textos a apresentação de diferentes teses, teorias e hipóteses de pesquisa, que ao sair ressaltando seus “prós e contras”, tende-se ao que ambas convergem e que podem convenientemente ser integradas. Como exemplo, estão seus apontamentos apresentados nos livros (coletâneas): *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, publicado em 2004; *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, publicado em 2010; e, *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*, publicado em 2014.

Apoiado numa dialética “transcendental”, Haesbaert defende que a razão abre a possibilidade de estabelecer afirmações contrárias com fundamentos igualmente válidos. Antinomias que são postas por metáforas espaciais, onde os signos são transformados em outros signos que pouco tem a ver com o significado expresso e literal. O conflito que pudesse surgir entre diferentes ideias não teria solução, visto que nenhuma ideia seria “vencedora”. Afinal, “contraditoriamente” ambas ideias são válidas e se coabitam.



Assim, a chave para a solução dos conflitos entre as ideias estaria no idealismo dialético e na apresentação de antinomias, a partir de argumentos supostamente antagônicos (tese e antítese), mas igualmente válidos e necessários. Deste modo, as antinomias marcadas por hifenizações (matéria-ideia, lógica-ilógica etc.), despojadas de contradições, circunscreve a exposição da investigação e do pensamento de Haesbaert, fazendo das metáforas espaciais o princípio interpretativo do mundo real.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Categorias**. Traduzidas do grego e ordenadas conforme a um novo plano por Silvestre Pinheiro Ferreira. Livro on-line. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2019. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1379818/or1379818.pdf. Acesso em: abr 2020.
- CRUZ, R. de C. A. da. A geografia crítica e a economia política. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo: PPGH/PPGF-USP, n. 22, p. 492-503, 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ENGELS, F.. **Anti-Dühring**: A revolução científica segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- _____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. **Geografia: conceitos e temas**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. **Região-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.
- _____. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia: UFU, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014b.
- _____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014c.
- _____. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, Zinacantepec: El Colegio Mexiquense A.C, vol. xiii, n. 43, p. 805-815, 2013.
- _____. Questões Sobre a (Pós-)Modernidade. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro: PPGEU- UERJ, n. 2, p. 7-22, 1997.



_____. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB. n. 7, p. 63-92, 1990.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 4, n. 7, 2002.

HAESBAERT, R.; GOMES, P. C. da C.. O Espaço na Modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 5, pp. 47-68, 1988.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W.. **A nova des-ordem mundial**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

IANNI, O.. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, número especial, p. 397-416, 2011.

KANT, E.. **Crítica da razão pura**. Versão e-book. Edição ACRÓPOLIS. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.pdf>>. Acesso em: dez 2019.

PAULO NETTO, J.. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.